



## Assembleia Municipal

### Acta Nº 3

#### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de Dezembro de 2009**

Aos 30 dias do mês de Dezembro de 2009 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, João Vasco Rodrigues Peixinho, Maria Graciete Agostinho Brito, Joaquim Augusto P. Pais de Azevedo, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Mário Branca André, Inês Nóbrega D'Aguiar, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Joana de Brito Monteiro Serrano, Marco António Heleno Domingos da Silva e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

#### **Período de Intervenção do Público**

O Presidente da Mesa, Mário Santiago, iniciou os trabalhos dando autorização para a recolha das inscrições para a intervenção do público.

Não havendo inscrições por parte do público, o Presidente deu início à discussão e aprovação das actas nº 1 e 2.

#### *Actas*

Sem intervenções, passou-se à votação da acta nº 1, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

Com a alteração sugerida pela deputada Inês D'Aguiar, a acta nº2 foi posta à votação, tendo sido igualmente **aprovada por unanimidade**.

## **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção do deputado municipal Celestino Brasileiro que falou a propósito da transferência de competências do Poder Central para as Autarquias na área da Educação, processo iniciado durante o último mandato socialista e sobre o qual muitas respostas ficaram por dar. O deputado lamentou a ausência de informação prestada pelo anterior executivo, bem como o facto de o documento que formaliza essa transferência nunca ter vindo à Assembleia. Sabendo que a Escola E.B. 2, 3/s de José Relvas necessita de obras de manutenção e que a gestão do pessoal auxiliar acarreta despesas consideráveis, a Bancada da CDU, na pessoa do deputado Celestino Brasileiro formulou as seguintes perguntas:

- Quais as transferências efectivamente previstas no contrato de execução assinado a 16 de Setembro de 2008 entre o Ministério de Educação e a Câmara Municipal de Alpiarça;

- Quais as condições e as contra-partidas em que o Município de Alpiarça recepcionou o edifício da escola E.B. 2, 3 / s de José Relvas;

- No caso do pessoal auxiliar, a Bancada da CDU pretende saber se foi cumprido o ratio a que o Agrupamento de Escolas tinha direito e se o pessoal transferido para o Município é suficiente para fazer face à necessidade das escolas e quais as compartidas financeiras para as despesas com o pessoal.

Intervenção do deputado municipal Fernando Ramalho que alertou para o não cumprimento do novo Regulamento logo na primeira sessão regulada pelo mesmo. Segundo o deputado, a convocatória seguiu dentro dos prazos estipulados, mas o mesmo não aconteceu com a informação anexa que diria respeito a um dos pontos em discussão, nomeadamente o orçamento e as Grandes Opções do Plano, e que ainda nem sequer tinha sido aprovado em Reunião de Câmara aquando da convocatória.

O deputado referiu-se ainda ao cabaz de Natal que a Autarquia lhe fez chegar pela primeira vez enquanto eleito, lembrança que agradeceu, embora estranhando o gesto numa altura em que os municípios portugueses passam por graves dificuldades financeiras.

Intervenção em seguida a deputada Inês D'Aguiar que questionou o Executivo sobre os benefícios dados pela Autarquia aos dois médicos

cubanos a exercer no Centro de Saúde de Alpiarça e qual a razão pela qual o assunto só agora foi tratado, tendo em conta a presença dos médicos em Alpiarça há mais de 5 meses.

Referiu-se ainda aos cabazes de Natal, corrigindo o deputado Fernando Ramalho ao lembrar que no mandato passado já o anterior Executivo tinha tido o mesmo gesto.

Intervenção do deputado municipal Mário André que, enquanto estreante, deu os parabéns à CDU pela vitória nas eleições autárquicas, formulando ao mesmo tempo os votos de que a CDU consiga cumprir o programa eleitoral.

O deputado passou a questionar o Executivo sobre a alegada alteração do horário de funcionamento do Complexo Desportivo que, supostamente, terá deixado de abrir ao Domingo. O deputado pretendia conhecer as razões desta decisão e alertar para o facto de o site da Autarquia manter a informação da abertura das instalações ao Domingo.

Por último, o deputado fez um reparo em relação à publicação num blogue da digitalização da convocatória para esta Assembleia antes de a mesma ter sido publicada no site da Câmara, o que considera tratar-se de fuga de informação.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas.

Interveio o Vereador Carlos Pereira para responder à questão relativa ao Complexo Desportivo, justificando o encerramento das instalações ao Domingo nos custos com o pessoal que não eram comportados pelas receitas. Adiantou ainda que a decisão não é definitiva, uma vez que se está a estudar a hipótese de entregar a gestão das instalações a terceiros.

O Presidente da Câmara interveio em seguida, respondendo à questão relacionada com a transferência de competências na Educação. O Presidente afirmou que sempre se tinha manifestado contrário a esta transferência, não só porque entende que as câmaras não devem assumir as competências do Estado, mas também antecipando a inexistência da compensação devida em termos financeiros. Lamentou por isso não só que o anterior Executivo não tivesse discutido este assunto convenientemente com as outras forças políticas na oposição, mas que não tivesse salvaguardado convenientemente o interesse da Autarquia, sobretudo no que respeita à transferência do edifício da escola E. B. 2, 3/s de José Relvas. Respondendo concretamente às questões que lhe foram direccionadas, o Presidente explicou que foram transferidas as seguintes competências: a gestão do pessoal não-docente do 2º e 3º ciclo e a transferência da gestão do edifício da escola sede. Relativamente às condições em que o edifício foi recepcionado, o Presidente lembrou que as

mesmas questões agora colocadas foram colocadas ao anterior Executivo e este se limitou em todas as ocasiões a responder que a transferência definitiva do edifício dependia do acerto de algumas questões relativas à necessidade de intervenções de requalificação no mesmo. No entanto, o edifício passou a ser propriedade da Autarquia a partir do momento em que o contrato de Execução foi assinado em Setembro de 2008, pelo que a transferência não dependia de tais intervenções como era constantemente reafirmado, muito embora o Presidente admita que nessa altura tenham decorrido negociações com a Direcção Regional de Educação em Lisboa no sentido de se garantir um conjunto de obras a efectuar pela DREL. O que é certo é que o prazo que permitiria algum poder negocial por parte da Autarquia foi ultrapassado, o que não aconteceu com as autarquias que não assinaram o contrato de Execução antes de garantirem algumas condições para a transferência de competências nos seus municípios. Em relação ao ratio do pessoal auxiliar, o Presidente afirmou tratar-se do ratio que está definido por uma portaria do Governo e revelou as suas dúvidas sobre se esse ratio corresponderia à realidade no momento da assinatura do contrato, admitindo ainda que o ratio real pudesse estar aquém das necessidades. O Presidente anunciou a realização de uma reunião com o Director Regional de Educação de Lisboa onde se discutiram estas questões, nomeadamente a necessidade de reforçar o efectivo de funcionários da escola, tendo o Director Regional demonstrado alguma abertura para este caso particular, bem como em relação à transferência do edifício. Adiantou ainda a assunção por parte da DREL da construção de um pequeno edifício à entrada da escola a funcionar como portaria, assim como da reparação do telheiro entre os blocos que se encontra num estado deplorável, obras a serem financiadas pela DREL. No que toca às obras que a vistoria às instalações levada a cabo pelo Eng. Portugal revelou necessárias, o Presidente afirmou não ter entrevisto a mesma abertura que o Director Regional demonstrou para as outras duas obras já referidas. Por último, relativamente ao valor da transferência no caso dos edifícios, valor que ficou igualmente decidido no contrato de execução assinado em 2008, este cifrou-se nos 20.000,00€ por ano, o que é manifestamente insuficiente.

Em relação ao reparo do deputado Fernando Ramalho sobre a convocatória, o Presidente reconheceu o desacerto das datas, assumindo inteiramente a responsabilidade nesse assunto e justificando o atraso na dificuldade que teve em ultimar o Orçamento e o Plano de Actividades para que fosse apresentado ainda no presente ano.

No que diz respeito ao cabaz de Natal, o Presidente lembrou que por acaso nunca calhou trazer o cabaz dadas as condições em que eram entregues, o que obrigava a uma longa espera na fila no próprio dia da Festa de Natal da Autarquia. No entanto, os cabazes também eram entregues aos eleitos, pelo que se trata de uma injustiça que se está a fazer ao anterior Executivo da Câmara Municipal de Alpiarça.

Relativamente aos médicos cubanos, o Presidente deu conta do pedido de reunião por parte da Directora do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo, Dr.<sup>a</sup> Luísa Portugal, reunião onde esta deu conta da necessidade da Câmara garantir o alojamento aos médicos cubanos, assim como uma série de comodidades relacionadas com a estadia, como a televisão, o gás, a internet, etc.. Estas medidas tiveram a sua origem na demonstração de algum descontentamento por parte dos médicos, a juntar ao interesse já manifestado por outras autarquias em contratá-los. Nessa medida, a Câmara teve de intervir, tendo já sido aprovadas em Reunião de Câmara as medidas a levar a efeito a fim de garantir a permanência dos médicos em Alpiarça, nomeadamente o estabelecimento de um contrato de arrendamento com o proprietário da casa onde os médicos estão alojados a ser suportado pela autarquia no valor de 350,00€ por mês, a acrescentar às restantes despesas. Para finalizar este assunto, o Presidente reforçou a ideia de que esta solução não resolve na totalidade os problemas do Centro de Saúde que continuam e continuarão a existir.

Por último, relativamente à questão dos blogues, não sendo uma questão dirigida ao Executivo, o Presidente esclareceu que é política deste Executivo não abrir mão dos vários meios que tem ao seu dispor para passar informação, e isso inclui o site da Autarquia, a comunicação social e também os diversos blogues cujo tema é a nossa Vila.

Interveio em seguida a deputada Graciete Brito que lamentou o facto de ter visto a convocatória no blogue antes dela própria a ter recebido. Embora não deixando de concordar com a importância dos blogues, a deputada não pode deixar de acentuar que é necessário fazer a distinção dos blogues com que se trabalha, adiantando que o mínimo que se pode exigir da administração de um blogue é que ela seja visível e se identifique, de contrário certamente que não se pode tratar de um blogue de confiança.

O Presidente da Mesa tomou a palavra afirmando que as convocatórias foram efectuadas nas condições e dentro do prazo que está regimentado. Relativamente à publicação da ordem de trabalhos no blogue Rotundas e Encruzilhadas, o Presidente explicou que a ser verdade a afirmação do deputado Mário André, a convocatória foi publicada na mesma data em que os editais foram afixados, pelo que o Presidente não se pode responsabilizar pela utilização posterior que façam dos editais após o momento da sua afixação.

Intervenção do deputado João de Brito que desvalorizou a questão dos blogues, afirmando que no seu caso pessoal a publicação da convocatória foi útil, dado que assim teve conhecimento imediato da data da sessão e da ordem de trabalhos da mesma.

Posto o que a deputada Graciete Brito passou a apresentar um voto de louvor à munícipe Sónia Sanfona pela sua recente nomeação para Governadora Civil (documento apenso à acta).

O deputado municipal Celestino Brasileiro interveio desejando as maiores felicidades à Dr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona no desempenho das suas novas funções.

Os mesmos votos foram feitos pelo deputado João de Brito.

Colocada à votação, a moção foi aprovada por maioria com 7 votos a favor e 9 abstenções.

Houve ainda tempo para nova intervenção do deputado Fernando Ramalho que questionou o Vereador Carlos Pereira sobre a sua alegação que revelava que estariam a decorrer estudos para uma nova modalidade de gestão do Complexo Desportivo. O deputado pretendia saber mais sobre este assunto, nomeadamente quem eram os terceiros a quem a Autarquia pensava entregar a gestão do Complexo e se se tratava de uma entidade pública criada para o efeito ou de uma entidade privada. No caso de se tratar de um entidade privada, o deputado quis saber se os mecanismos para concurso público já foram accionados e em que fase estavam. O deputado estranhou esta atitude já que a CDU sempre se manifestou contra a entrega da gestão do património público a terceiros.

O Vereador Carlos Pereira explicou que a Autarquia pediu um parecer jurídico sobre este assunto e assim que a Câmara tiver esse parecer dará conta à Assembleia da decisão que tomarem.

### **Período da Ordem do Dia**

#### **Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei nº5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Intervenção da deputada Graciete Brito pedindo ao Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos sobre a informação escrita que foi distribuída.

Interveio também o deputado Henrique Santana para manifestar a sua estranheza em relação às numerosas avarias e consequentes reparações em viaturas da Autarquia, dados constantes no documento em análise.

O Presidente da Câmara explicou que este documento pretende retratar a acção do Executivo nestes dois primeiros meses de mandato em

que se tentou tomar o pulso da situação, perceber o funcionamento interno da autarquia e reunir com os vários sectores de actividade da Câmara Municipal bem como com os seus diversos parceiros, pelo que esta primeira fase de actividade da Autarquia acaba por ficar muito limitada a estas reuniões e perscrutações. Além da auscultação interna, houve ainda reuniões com organismos regionais, organismos intermunicipais, bem como com entidades com as quais a Câmara tem relações. Houve também necessidade de reunir com as empresas responsáveis pelas obras que entretanto foram lançadas, no sentido de se inteirar do andamento dos trabalhos e perceber as preocupações das empresas no que respeita à continuidade desses mesmos trabalhos. Até porque, ao que apurou, muitas dessas empresas já lançaram os autos de execução mas ainda não receberam as devidas contra-partidas.

Relativamente à questão levantada pelo deputado Henrique Santana, o Presidente declarou não ter presente se estes valores se traduzem num acréscimo em relação àquilo que era habitual.

Foi apresentado em seguida o mapa da situação financeira da Autarquia a 29/12/2009, cuja dívida que pode ser legalmente assumida pela Autarquia é de 11.423.373,00€.

Por último, o Presidente manifestou a intenção de apresentar em cada Assembleia Municipal a evolução da situação financeira da Autarquia.

## **Ponto 2 – Eleição da Comissão de Geminação**

Dado que o Regimento prevê que as comissões sejam designadas pela Assembleia, o Presidente da Mesa sugeriu a eleição de uma Comissão cuja composição seria a seguinte: 3 elementos da CDU, 2 elementos do PS e 1 elemento do PSD, a que se juntaria o próprio Presidente da Mesa. Os elementos designados pelas bancadas não necessitariam de fazer parte da Assembleia.

O deputado Fernando Ramalho interveio manifestando o seu desagrado por a proposta do Presidente não ter sido entregue aquando da convocatória para a Assembleia, uma vez que isso permitiria à Bancada do PS vir preparada com os nomes a designar. Pelo que o deputado pediu à Mesa, em nome da sua Bancada, que fosse concedido um período de intervalo para que pudessem decidir relativamente aos nomes a designar.

Intervenção do deputado municipal Celestino Brasileiro manifestando o seu acordo relativamente à interrupção nos trabalhos requerida pela

Bancada do PS. Entende, no entanto, que se devia votar primeiro esta proposta de composição da Comissão.

Interveio em seguida o deputado João de Brito, dizendo que ao receber a ordem de trabalhos e vendo que o ponto número 2 da mesma dizia respeito à eleição da Comissão, automaticamente o Partido Socialista devia ter preparado esse ponto, o que manifestamente não fez. Lembrou ainda que da última vez que se procedeu a esta eleição, o Partido Socialista fez a sua proposta e as outras bancadas tiveram de aceitá-la porque não tinham opção. O deputado é da opinião de que se deve votar a proposta da Mesa, acrescentando que se o PS não está preparado para apresentar o segundo nome poderá fazê-lo *'a posteriori'*.

A deputada Graciete Brito interveio revelando o seu desagrado pela acusação do deputado João de Brito ao ter afirmado que a Bancada do PS não se preparou para a Assembleia. A deputada manifestou ainda as suas dúvidas em relação à necessidade de uma Comissão de Geminação tão alargada dadas as funções que desempenha.

Após intervalo, o Presidente da Mesa retomou os trabalhos explicando as razões por que optou por uma Comissão de Geminação alargada. Na opinião do Presidente, uma Comissão composta apenas por 4 pessoas não é suficiente para desenvolver um trabalho condigno com os objectivos a que se propõe. Lembrou a última reunião da Comissão em que o representante do PS se demonstrou indisponível para comparecer, tendo a reunião decorrido na sua ausência. Com uma Comissão alargada esse problema já não se poria, uma vez que a probabilidade de pelo menos um dos representantes estar disponível seria maior. Acrescentou ainda que um Comissão criada para este efeito deve reunir pessoas de várias áreas e com várias competências, pelo que uma Comissão de apenas 4 pessoas não deverá conseguir cumprir todos os requisitos e competências necessárias ao bom desempenho da mesma.

Posto o que deu a palavra aos deputados inscritos antes da interrupção.

Tomou a palavra o deputado Celestino Brasileiro concordando com a proposta da Mesa. A propósito da discussão gerada em torno da falta de informação prévia sobre os moldes desta nomeação, o deputado lembrou a importância da realização da Conferência de Representantes, dizendo que esta ajudaria a obviar estas situações.

O deputado João de Brito interveio explicando que a sua afirmação sobre a alegada falta de preparação da Bancada do PS para esta Assembleia veio apenas reiterar aquilo que o próprio deputado Fernando Ramalho disse. Em relação ao número de elementos, o deputado asseverou que se for para levar a sério a Geminação, 7 não são muitos elementos, antes pelo



contrário, evocando em seguida as vantagens turísticas e comerciais que uma iniciativa como esta pode conseguir.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho em defesa da honra da sua Bancada. O deputado afirmou que os documentos fornecidos aos eleitos antes das Assembleias devem ser o mais completos possíveis e devem permitir às bancadas preparar convenientemente as sessões, isto independentemente de existir ou não a tal Conferência de Representantes.

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação da proposta da Mesa, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 12 votos a favor e 4 abstenções.

A Comissão de Geminação foi assim constituída da seguinte forma:

A Bancada da CDU nomeou os representantes Vítor Cardoso, João Vasco Peixinho e Marie Pimenta D'Aguiar.

A Bancada do PSD nomeou o deputado municipal João de Brito.

A Bancada do PS nomeou os deputados municipais Graciete Brito e Paulo Duarte Sardinheiro.

**Ponto 3 – Homologação da Proposta de “Atribuição de Bolsas de Estudo para estudantes do Concelho de Alpiarça”, publicada no Diário da República nº 210 de 29/10/09 para apreciação pública, sem ter sido objecto de qualquer intervenção.**

Sem intervenções, este ponto foi aprovado por unanimidade.

**Ponto 4 – Águas do Ribatejo – Deliberação do Conselho de Administração:**

- Entrada do Município de Torres Novas na AR;**
- Saída do Município da Golegã da AR;**
- AR – Análise Económica ou Financeira do Alargamento do Sistema Intermunicipal.**

Sobre este ponto interveio o deputado Fernando Ramalho manifestando a intenção da sua Bancada de votar favoravelmente as 3 propostas em discussão. No entanto, gostaria de ser esclarecido acerca da

actual posição da Câmara Municipal em relação às Águas do Ribatejo, tendo em conta a posição manifestada pelo actual Presidente enquanto vereador da oposição no mandato anterior.

Intervenção do deputado municipal João de Brito dizendo que se iria abster em relação a estes 3 pontos, na medida em que admite não ter conhecimentos suficientes sobre esta matéria. No entanto, a sua opinião é que com a adesão do Município a esta empresa os munícipes nada ficaram a ganhar, assim como nada ficaram a ganhar os munícipes das outras terras que aderiram às Águas do Ribatejo.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara a fim de responder às questões colocadas pelo eleito Fernando Ramalho.

Este começou por explicar que no caso presente trata-se apenas de formalizar a posição do Município no que toca a estes assuntos em particular. Em relação à posição desfavorável por parte da CDU no que toca à formação desta empresa intermunicipal, o Presidente explicou que essa posição se mantém, acrescentando, no entanto, que não é esse aspecto que está em causa neste ponto da Ordem de Trabalhos. Em todo o caso, o Presidente lembrou que a adesão a esta empresa aconteceu durante o anterior mandato, acrescentando que Alpiarça manterá a sua participação nesta empresa, não só porque até à data a empresa foi formada apenas com capitais públicos, mas também por uma questão de solidariedade para com os outros municípios que a integram.

As propostas foram postas à votação conjuntamente, tendo sido aprovadas por maioria com 15 votos a favor e 1 abstenção.

### **Ponto 5 – Apreciação e Votação da Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010.**

O Presidente da Câmara começou por explicar que este não é o Orçamento desejável, mas sim o Orçamento possível, dadas as dificuldades económico-financeiras da Câmara de Alpiarça, dificuldades que se reflectem neste documento. Explicou também que, por prerrogativa prevista na lei, poderia ter apresentado este orçamento apenas em 2010, mas foi feito um grande esforço por parte do executivo e dos serviços para que o mesmo pudesse ser apresentado ainda em 2009, de maneira a iniciar-se o novo ano já com o orçamento aprovado.

Este é um Orçamento, explicou o Presidente, que deixa uma margem de manobra muito curta para executar o programa eleitoral da CDU. O serviço da dívida e as despesas decorrentes do normal funcionamento da

Câmara vão absorver uma parte considerável do orçamento disponível para 2010, sendo que a outra parte será destinada às obras a decorrer no Centro Escolar, na Casa dos Patudos e na requalificação do Largo Vasco da Gama, obras de grande monta que vão absorver o resto do que a Câmara tem disponível para a sua acção, que fica desta forma bastante condicionada.

Ao nível da Protecção Civil, foram assinaladas grandes debilidades, principalmente no que toca aos meios ao dispor dos Bombeiros Municipais, pelo que a Câmara fará um investimento nesta área, sobretudo na compra de uma ambulância e de alguns meios de que os Bombeiros carecem.

Nesse sentido, e tendo em conta a margem reduzida para a acção do Executivo, as obras em curso, bem como o reequipamento dos Bombeiros, serão as prioridades do Orçamento para o ano de 2010.

A bem da verdade, o Presidente esclareceu que o valor total do Orçamento, na ordem dos 12.900.000,00€, num ano que não se prevê benéfico em termos de recolha de receitas, é meramente indicativo, sendo muito provável que esse valor não seja de forma alguma alcançado. O Presidente justificou a necessidade de plasmar um número que dificilmente será atingido na obrigação de equilibrar um Orçamento em que sobretudo a dívida a curto prazo ascende a valores dificilmente alcançados pelas receitas.

No entanto, o Presidente espera poder apresentar em 2010 um Orçamento cujos valores estejam longe dos de 2009, permitindo uma acção da Câmara mais de acordo com o que foi apresentado no programa eleitoral.

O Presidente assinalou ainda como linha de acção do Executivo para 2010 a intenção de realizar um trabalho estreito com o movimento associativo de Alpiarça, traduzindo-se essa intenção no reforço das verbas disponibilizadas para as associações. Assim, sem custos avultados para a Autarquia, e fomentando um trabalho de proximidade e parceria, conseguir-se-á uma maior e efectiva dinamização cultural e desportiva do nosso Concelho.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara, tomou a palavra a deputada municipal Graciete Brito reportando-se à acusação do Presidente que responsabilizava o anterior executivo no que toca aos seus erros de gestão e planeamento pela contingência de se ver obrigado a fazer um Orçamento cujos valores se cifram abaixo do que seria desejável. Para a deputada esta asserção é uma tentativa de ocultação daquilo que este Plano efectivamente é: um Plano paupérrimo, sem qualquer criatividade e que não espelha o Programa Eleitoral do CDU. Assim, aspectos que foram considerados bandeiras do Programa Eleitoral da CDU, como sejam as questões de natureza ambiental, da saúde ou do turismo, estão ausentes do

Plano de Actividades. A deputada afirmou não encontrar no Plano nada que não tivesse sido levado a efeito pelos anteriores executivos, chamando igualmente a atenção para parágrafos constantes nas Grandes Opções do Plano que relatam o que foi feito em 2009, ao invés de espelhar o que se pretende fazer em 2010.

Em relação ao serviço da dívida, esta, com amortização e juros, não chega a 8,5% do orçamento anual, número que a deputada considera baixo e que não desgostaria a maior parte das famílias portuguesas. Ainda a propósito da dívida, a deputada lembrou que quando o PS ganhou a Autarquia em 1998, a dívida correspondia a um ratio de 1.22, significando isto que a Câmara para pagar a dívida precisava do orçamento de um ano inteiro mais 0.22 do ano seguinte. Dez anos depois, o ratio cifrava-se em 0.96. Pelas contas da deputada, em 2009, para pagar toda a dívida, a Câmara só precisava de 89% do seu Orçamento. A deputada considera que este valor não é assim tão significativo e nem justifica toda esta camuflagem atrás de grandes erros de gestão atribuídos ao anterior executivo.

A deputada lembrou ainda o investimento de 50 Milhões de euros que a Autarquia fez desde 1998, sendo que apenas 2% desse valor foi pago com recurso a empréstimos. A dívida é portanto uma dívida de investimento e não uma dívida corrente, espelhando-se esse facto na obra feita.

Por último, a deputada referiu-se à afirmação constante no Orçamento de que as despesas correntes aumentam com a dívida. Segundo a deputada a dívida é uma dívida de investimento, pelo que não passa para as despesas correntes. A deputada admitiu contudo que as despesas correntes cresceram, mas esse crescimento deve-se essencialmente ao aumento das competências da Câmara.

Interveio em seguida o deputado João de Brito criticando a precedência da população alpiarçense no acesso à informação sobre o estado financeiro da Autarquia em relação aos eleitos pela Assembleia Municipal que, legitimamente, deveriam ter sido informados em primeiro lugar.

Relativamente ao Plano propriamente dito, o deputado destacou a ausência de dinamização da pista de ciclismo, facto que considera lamentável dado tratar-se de uma das únicas infra-estruturas do género em Portugal e que poderia ser rentabilizada em prol da Autarquia. A título de exemplo, o deputado falou de possíveis protocolos a celebrar com a Federação Portuguesa de Ciclismo que permitissem o usufruto da pista pelas escolas infantis da modalidade, bem como através de fábricas de materiais que poderiam utilizar a nossa pista para testes.

No entanto, compreendendo que o Executivo tomou posse há tão pouco tempo e ainda está em fase de adaptação, o deputado declarou a intenção de votar favoravelmente o Orçamento.

O deputado municipal Fernando Ramalho referiu-se em seguida às alegações sobre a desastrosa situação financeira da Câmara como uma montagem da CDU. Porque se a dívida se cifra nos 11.423.000,00€, o orçamento é de cerca de 13.000.000,00€, valores bastante mais animadores do que os encontrados pelo PS em 1998. Realçou ainda que o serviço da dívida não chega a 10% do Orçamento, pelo que os restantes mais de 90% podem ser aplicados nas várias rubricas orçamentais, sendo certo, reconheceu o deputado, que a Câmara tem encargos com as obras que foram lançadas no passado, mas há que reconhecer que essas obras só vêm dignificar a acção de qualquer Executivo dado tratarem-se de obras fundamentais para o Concelho.

Por último o deputado referiu que era expectável que depois de tantos anos na oposição a CDU apresentasse um Plano cheio de novidades, coisa que não aconteceu.

Porque este documento representa para o deputado as grandes opções das oportunidades perdidas, o deputado vai votar terminantemente contra este Orçamento.

Tomou a palavra seguidamente o deputado Celestino Brasileiro afirmando que, embora respeitando todas as opiniões, não pôde deixar de lamentar a forma como a deputada Graciete Brito se dirigiu ao Presidente da Câmara. Posto o que lembrou que o que está em discussão é o Plano de Actividades para 2010 e que o Programa Eleitoral que a CDU apresentou referia-se a um período de 4 anos. Elogiou em seguida a frontalidade e a clareza com que o Presidente apresentou o Plano, coisa que o deputado não se lembra de ter acontecido nos últimos anos. Sobre a situação financeira da Câmara, se ela é assim tão boa, como foi proclamado pelos deputados do PS, não se consegue compreender porque é que a Câmara não cumpria com as suas obrigações nos últimos meses do último mandato, não respeitando inclusivamente as decisões dos tribunais.

A opinião da Bancada da CDU é que se trata antes de mais de um Orçamento para equilibrar as contas da Autarquia. Realçou ainda que as obras lançadas em 2009 que terão conclusão em 2010 serão pagas nesse mesmo ano, o que dá o mote para aquela que será a filosofia de gestão autárquica deste Executivo.

O Presidente da Mesa passou a palavra à deputada Inês D'Aguiar. Esta começou por reforçar a condenação à forma lamentável como os eleitos do PS se dirigem ao Executivo. Depois, sobre os supostos 50 Milhões de investimento da Autarquia nos últimos 12 anos, a deputada lembrou que

é fácil fazer obra sem pagar, exemplificando com os casos do edifício dos Paços do Concelho, das obras do Pavilhão da Feira ou do Centro Cívico. Outro exemplo da má gestão do Partido Socialista evocado pela deputada reportava-se ao lançamento da obra da Casa dos Patudos antes de o Tribunal de Contas emitir o seu visto e da aprovação da candidatura aos fundos comunitários, o mesmo tendo já acontecido em relação ao Centro Cívico.

Por último, a deputada evidenciou a sua estranheza pela intenção do deputado Fernando Ramalho votar contra um orçamento que ele próprio reconheceu ser idêntico ao que o PS apresentou nos últimos anos e que ele sempre votou a favor.

A deputada Graciete Brito pediu a palavra em defesa da honra diagnosticando alguns excessos na forma como a sua intervenção foi avaliada. A deputada lembrou que tinha começado por dizer que tinha o Presidente na conta de uma pessoa inteligente e nada disse que pudesse ofendê-lo.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que lembrou que em 2007 Alpiarça era a 19ª autarquia com maior índice de endividamento entre os 308 municípios portugueses e que provavelmente, à data presente, o município já devia ter subido mais alguns lugares.

O deputado Fernando Ramalho interveio em defesa da honra da Bancada Socialista, desmentindo que tivessem sido feitas obras que não foram pagas e, referindo-se à obra do alargamento dos Paços do Município, lembrou que existem ainda processos em tribunal e que até à conclusão dos mesmos não se pode considerar que a Câmara seja devedora do que que seja.

Neste ponto o Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se estava na disposição de continuar a sessão para além da meia-noite. A proposta foi aprovada por maioria com 14 votos a favor e duas abstenções.

Intervenção do deputado municipal Mário André que começou por elogiar o Presidente da Câmara pela forma frontal como apresentou as Grandes Opções do Plano, embora seja da opinião de que estes documentos não são mais do que a continuidade do trabalho levado a cabo pelo PS nos anos em que governou o Município. Afirmou compreender as dificuldades sentidas pelo novo Executivo, assim como a falta de tempo para elaborar o Orçamento, mas considera que isso não justifica a omissão de algumas das linhas de força do programa eleitoral da CDU, facto que o desgostou. Tanto mais que havia ideias que lhe eram gratas, como por exemplo a ênfase dada aos problemas da poluição.

O deputado criticou ainda alguma falta de cuidado na elaboração dos documentos, facto que se revela nos aspectos formais que a deputada Graciete Brito assinalou.

Por fim, adjectivou o Plano de Opções para 2010 de paupérrimo e pouco ambicioso.

Interveio a deputada municipal Inês D'Aguiar que lembrou, a propósito do ratio da dívida identificado pela deputada Graciete Brito, o que o Presidente afirmou no início da sua exposição dizendo que o valor das receitas dificilmente seria atingido e que apenas era indicado dessa forma por uma questão de equilíbrio orçamental, facto que alterará o valor do ratio real que estará bastante longe do valor adiantado pela deputada Graciete.

Em relação à acusação da bancada socialista de que o Executivo iria ficar a marcar passo durante este ano, a deputada admitiu que isso também a desgosta, mas adiantou que se tal acontecer deve-se essencialmente à má gestão socialista dos últimos 12 anos.

Posto o que o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões levantadas pelos deputados.

O Presidente da Câmara começou por reiterar que a dívida é imensa e não deixa margem de manobra para fazer muito mais, o que não invalida que o programa eleitoral para os 4 anos de mandato seja cumprido nem que comece a sê-lo já este ano, até porque há muita coisa que pode ser feita com poucos recursos. Em relação a algumas falhas formais nos documentos, o Presidente assumiu a falha, justificando a mesma na escassez de tempo que tiveram para elaborar o Plano e o Orçamento.

No que toca à questão levantada pelo deputado Mário André sobre a omissão na parte descritiva de actividades relacionadas com o meio ambiente, o Presidente assumiu que de facto não houve tempo para formular um documento mais completo, o que não invalida que haja uma forte preocupação do Executivo nesta matéria. De facto, o Presidente reconhece que os grandes problemas da vila em termos ambientais se prendem com o mau funcionamento da ETAR intermunicipal e da Zona Industrial, mas acrescentou que está previsto um investimento por parte das Águas do Ribatejo com vista à recuperação da ETAR de Alpiarça e Almeirim e à construção de estações elevatórias, o que representa um contributo importante para sanar alguns dos problemas ambientais mais prementes.

Em relação à acusação de o Executivo estar a montar uma ficção para desculpar a falta de ambição do seu Plano de Opções, o Presidente esclareceu que a única ficção que existe é aquela relativa à capacidade de gerar receitas por parte da Autarquia. Lembrou ainda que os Orçamentos do

PS apresentados no início do ano nunca correspondiam ao relatório de gestão apresentado em Abril, em que os valores reais de execução do orçamento se cifravam pela metade dos valores apresentados no início do ano.

Posto o que o Presidente, com autorização do Presidente da Mesa, passou a palavra ao seu adjunto, José Marcelino, a fim de prestar esclarecimentos adicionais.

Nesta altura o deputado Fernando Ramalho ausentou-se da sala, uma vez que não se mostrou disponível para ouvir os esclarecimentos do adjunto do Presidente alegando que os mesmos não foram solicitados.

O adjunto do Presidente, José Marcelino, começou por diferenciar a noção de orçamento da execução desse orçamento. De facto, o valor do orçamento é na ordem dos 12 Milhões de euros, mas muito por culpa da dívida a curto prazo da autarquia. Não fosse para poder introduzir esta despesa, o orçamento seria na ordem dos 7 Milhões de euros. Pelo que, tendo em conta que a dívida neste momento, considerando aquilo que foi possível incluir neste orçamento, ronda os 11.423.000,00€, o ratio real anda na ordem dos 1.7 – diferentemente do que foi adiantado pela deputada Graciete –, ou seja, para pagar toda a dívida a Câmara teria de despende o orçamento equivalente a um ano mais 70% do orçamento do ano seguinte. Contudo, existem ainda dívidas que não podem ser incluídas no orçamento mas que são dívidas nuns casos já decididas por tribunal e noutros ainda à espera de execução, como por exemplo a dívida à SOMAGUE no valor de 278.000,00€, descontando a soma dos juros desde 15/08/2006, o que, a uma taxa de 8% anuais, andarà na ordem dos 80.000,00€ de juros. Existe também a dívida à ADSE no valor de 567.435,00€, que também não está no orçamento, bem como a dívida à QUINAGRE no valor de 225.000,00€, embora esta última dependa ainda de decisão do tribunal. Em relação à dívida à Planotejo, essa também não consta do orçamento dado que ainda não existem valores para consignar. Ao contrário do que a deputada Graciete disse, no próximo ano, o serviço da dívida não custa à Câmara 8,5% mas sim 23%, o que é um valor castrador da possibilidade de a Câmara poder fazer mais alguma coisa além de pagar a dívida.

Após esta intervenção, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo, na pessoa do Vereador Mário Peixinho, que fez questão de lembrar à Assembleia que a capacidade de endividamento da Autarquia foi largamente ultrapassada. Lembrou também que a Câmara socialista nunca cumpriu os prazos de pagamento à empresa que estava a fazer a obra do edifício onde hoje decorre a Assembleia Municipal, contribuindo para a falência da mesma, ainda por cima tratando-se de uma empresa da terra que empregava várias de dezenas de alpiarçenses. Em relação à questão do ambiente, levantada pelo deputado Mário André, o Vereador afirmou que



poluição foi aquilo que os executivos do PS mais deixaram, exemplificando com o problema da Vala, dos esgotos a céu aberto e das lixeiras clandestinas. No que toca ao desporto, defendendo-se da acusação de que o Executivo se mostrava pouco ambicioso, o Vereador evocou o legado do PS que deixou que acabasse a Escola de Ciclismo, o Futebol, o Futebol de Praia, etc. Acusou ainda a gestão PS de durante os 12 anos de mandato não ter construído uma única habitação social.

Continuando com os exemplos da má gestão socialista, o Vereador recordou o contrato programa assinado com a CCR para a realização de trabalhos na Zona Industrial que deviam ter ficado concluídos em Dezembro de 2008; até hoje ainda não foram terminados, sendo que por causa disso já foram cortados 80.000,00€ de financiamento e a Câmara está em risco de ter de devolver 120.000,00€. O Vereador falou ainda do estado de degradação a que a gestão PS deixou chegar algum património da Câmara, como é o caso da adegas da AgroAlpiarça que está ao abandono com materiais da Autarquia a deteriorarem-se. A própria Biblioteca, inaugurada há dois anos, está a degradar-se por falta de manutenção; chove lá dentro, tem infiltrações por todo o lado e há água onde as crianças deviam brincar. A Nave Desportiva apresenta os algerozes entupidos, chove igualmente lá dentro, não há banhos quentes, etc. A Casa dos Patudos sofreu uma intervenção no tempo do PS que os técnicos hoje afirmam ter-se tratado da maior asneira e desperdício de dinheiro. O Parque de Campismo está degradado devido à falta de diálogo que sempre houve durante a gestão do PS, ao ponto de as pessoas que gerem o Parque terem começado a chorar quando o Vereador se deslocou para falar com elas, coisa que já não acontecia há anos. As Piscinas apresentam também sinais de deterioração, chove lá dentro e não cumprem determinadas normas de segurança. O Mercado Municipal apresenta os mesmos problemas, estando prestes a desaparecer.

Continuando com a enumeração dos erros do PS, o Vereador falou das contas exorbitantes de telemóvel que mensalmente a Câmara tinha para pagar, as multas que eram passadas à Câmara porque trocavam as placas da Via Verde e os carros passavam com as placas erradas, a falta de computadores para os funcionários poderem trabalhar, etc.

Terminada esta intervenção, passou-se à votação dos documentos, tendo sido aprovados por maioria com 10 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.

### **Período de Intervenção do Público**

Intervenção do munícipe Manuel José Raposo que, sobre a questão do endividamento, problema que é generalizado à maioria das autarquias, afirmou que na sua opinião uma empresa ou uma autarquia endividada não deve deixar de ter uma atitude dinâmica, muito pelo contrário, a sua opinião é que só através dessa atitude a empresa poderá sair da situação em que se encontra.

Intervenção do munícipe Édio Martins para falar do problema da má qualidade na distribuição de energia eléctrica por parte da EDP ao município de Alpiarça. O munícipe queixou-se dos constantes cortes de energia de que a Vila é constantemente alvo, ao mesmo tempo que remeteu para o Executivo a responsabilidade de tentar averiguar junto da EDP o motivo para que tal aconteça, de maneira a tentar encontrar-se uma solução para este problema que sempre foi sentido em Alpiarça.

Posto o que o Presidente da Mesa deu a palavra ao Executivo para responder aos munícipes.

O Presidente da Câmara começou por concordar com a opinião expressa pelo munícipe Manuel José Raposo, acrescentando que é precisamente essa ideia que a Autarquia está a implementar, não ficando parada diante das adversidades, muito embora o tenha de fazer com um sentido de responsabilidade muito apurado. A questão da dívida não pode nunca ser ignorada.

Em relação à questão da EDP, o Presidente passou a palavra ao Vereador Mário Peixinho, não sem antes anunciar que já se tinha reunido com o responsável da EDP na qual se abordou ligeiramente esta questão. No entanto, essa é uma questão que tem de ser resolvida de vez e a Câmara empenhar-se-á para que tal aconteça.

O Vereador Mário Peixinho explicou que ainda na presente semana tinha falado com um responsável da EDP e este se comprometeu em, assim que pudesse, mandar alguém a Alpiarça para tratar de uma série de anomalias que existiam. No entanto, o responsável justificou a demora na necessidade que a empresa teve de mobilizar todo o pessoal para a zona Oeste onde aconteceu a calamidade que todos conhecemos.

Por último, procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Posto o que o Presidente da Mesa deu por terminada a sessão da qual se redigiu esta acta.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vais ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_